

Portal da CUT

"Reforçar o poder dos trabalhadores": Congresso da CSI reúne sindicalistas de 161 países em Berlim

18/05/2014

Confederação Sindical Internacional: "Estados têm que ser soberanos diante das multinacionais e do sistema financeiro"

Escrito por: Leonardo Wexell Severo, de Berlim-Alemanha

Sob o lema "Reforçar o poder dos trabalhadores", mais de 1.500 sindicalistas de 161 países participaram neste domingo, em Berlim, da cerimônia de abertura do terceiro Congresso da Confederação Sindical Internacional (CSI).

Em seu discurso, o presidente da CSI, Michel Summer, destacou o papel da unidade e da mobilização do sindicalismo para combater e derrotar a crise da globalização neoliberal, lembrando que muitos governos têm implementado uma "receita equivocada para o diagnóstico errado". "Vemos hoje muitos países serem submetidos às regras do mercado financeiro. Temos muitos governos que capitularam e assinaram acordos de livre comércio que acabam com a soberania nacional. Nós estamos aqui para afirmar que os Estados têm que ser soberanos diante das multinacionais e de seus interesses", enfatizou, sob aplausos.

De acordo com Michel Summer, o agravamento da crise colocou mais "60 milhões de trabalhadores na pobreza, tirando esperança e aumentando a desigualdade". "A solução que muitos governos têm utilizado é a chamada austeridade, que nada mais é do que ataque à negociação coletiva, ao sistema público de seguridade social, é neoliberalismo puro que empurra milhões de pessoas para a escravidão", frisou. É isso o que ocorre "quando a política se deixa dominar pela oligarquia financeira, ditada pelos especuladores em Wall Street, Londres ou Hong Kong", acrescentou.

A CSI, ressaltou o presidente, manifesta sua total solidariedade às famílias dos mais de 300 mineiros mortos em um acidente na Turquia, lembrando que "é preciso ampliar a mobilização por respeito à dignidade do trabalhador, por respeito aos direitos humanos". A tragédia ocorrida na Turquia, recordou, dialoga com a falta de direitos dos trabalhadores nos EUA e na Austrália, com a precarização na América Latina e na África. "Daí a importância de termos sindicatos fortes no setor formal e informal, de lutarmos juntos por uma democracia que sirva às pessoas", disse.

Presente ao evento, o ministro de Relações Exteriores da Alemanha, Frank Walter Steinmeier, manifestou sua solidariedade à luta da CSI para que a classe trabalhadora tenha voz e avance na melhoria das condições de trabalho e segurança em todo o mundo. "A voz dos trabalhadores precisa ter mais peso, porque a desigualdade, que aumentou nos últimos dez anos no mundo, na Europa e na Alemanha, precisa de um contrapeso: um movimento sindical forte", declarou.

ESCRavidão NO QATAR - O futebolista profissional marroquino Abdes Ouaddou fez um enfático pronunciamento em que denunciou as condições de trabalho no Qatar, onde a monarquia absolutista se prepara para sediar a Copa do Mundo de 2022. Até o momento já morreram dezenas de operários sob o sol de 50 graus e condições inumanas. "Não podemos jogar em estádios onde corre sangue", protestou.

Ouaddou lembrou que estava jogando como profissional no Qatar quando seu clube se negou a aceitar o término de seu contrato. Assim que apresentou uma denúncia, foi impedido de sair do país. "Um Qatar livre de sindicatos é um lugar muito ruim para trabalhar. Todo trabalhador tem o direito de se filiar a um sindicato", asseverou.

"Como disse o ex-capitão da minha seleção nacional, entendo a importância e o significado da liderança, do trabalho em equipe e da solidariedade. Me dei conta de que estes valores estão firmemente arraigados no movimento sindical democrático que é a CSI".

Na avaliação do secretário de Relações Internacionais da CUT, João Antonio Felício, candidato à presidente da CSI, as intervenções deixaram claro o reconhecimento de que "há uma luta permanente entre capital e trabalho que extrapola a questão nacional, que diz respeito à manutenção e ampliação de direitos, à valorização salarial, à construção da justiça social, com afirmação de políticas públicas e de distribuição de renda". "Nosso compromisso é dar consequência a esta análise, pois entendemos que, da mesma maneira que o capital define seus interesses, que vão além das fronteiras, é fundamental que o mundo do trabalho, com suas entidades, faça enfrentamentos mais consistentes, utilizando sua unidade como força política para pressionar junto à ONU e à OMC, ao G20 e à OIT em defesa de sua pauta".

A cerimônia de abertura do evento, que vai até sexta-feira, também contou com apresentações musicais e de danças representativas dos diferentes continentes, encerrando com um concerto especial da Orquestra Filarmônica de Berlim.

Agência Brasil, 19/05/14

PEC do Trabalho Escravo deve ser votada dia 27

Mariana Jungmann - Repórter da Agência Brasil Edição: Andréa Quintiere

A Proposta de Emenda à Constituição do Trabalho Escravo (PEC 57A/1999) deverá ser votada em caráter definitivo no plenário do Senado Federal no próximo dia 27. Com a aprovação de um calendário especial de tramitação, todos os prazos de discussão para a votação da proposta em primeiro e segundo turnos estão dispensados. Após a aprovação, a PEC seguirá para promulgação.

A PEC, apresentada no Senado em 1999, prevê a expropriação das terras onde for constatada a exploração de trabalho análogo à escravidão e o cultivo de substâncias psicotrópicas proibidas por lei. O texto original previa que os donos perderiam tais propriedades sem direito à indenização do Poder Público e que as terras seriam destinadas à reforma agrária, com preferência para o assentamento dos colonos que já estivessem trabalhando nelas.

No entanto, a Câmara aprovou em 2012 um substitutivo que previa, entre outras coisas, a mesma punição em propriedades urbanas, destinando os recursos provenientes da expropriação a programas de habitação popular, além da reforma agrária. Uma emenda de redação passou a remeter os efeitos da PEC a uma lei que irá esclarecer o que é considerado trabalho escravo e como a expropriação deverá ocorrer.

Na época, a bancada ruralista na Câmara considerou que o texto, como estava, poderia dar margem a precipitações e interpretações equivocadas sobre o que é considerado trabalho análogo ao de escravo. Dessa forma, optaram por aprovar o texto com uma emenda de redação remetendo a uma lei complementar.

"As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do país onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no Artigo 5º", diz o texto que será votado no Senado.

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), no entanto, disse que tentará articular a derrubada da emenda nos próximos dias. Como a matéria é originária do Senado e já passou pela Câmara, os senadores agora podem apenas manter ou retirar o que foi mudado pelos deputados sem fazer novas inserções no texto. Randolfe disse que irá procurar os parlamentares sensíveis ao tema e tentar apoio para retirar a emenda que remete a PEC à regulamentação em lei complementar.

"Isso foi feito para essa PEC não ter efetividade, porque nós nunca vamos ter lei complementar sobre isso", disse o senador à *Agência Brasil*. Para ele, a lei atual já é bastante clara sobre o que significa trabalho análogo à escravidão e não seria problema para o Ministério do Trabalho regulamentar questões que ainda possam estar pendentes.

"Não há ausência de clareza sobre isso. Trabalho escravo é se apropriar da mão de obra sem a remuneração devida e a atenção aos direitos trabalhistas. Agora, os latifundiários sabem que, no campo, a realidade não é essa e por isso não querem que a PEC tenha efeito prático", disse.

Diap, 19/05/14

Projeto que institui Dia do Empregado Sindical vai ao Senado Federal

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Dia Nacional do Empregado Sindical

Na terça-feira (13), a Comissão aprovou a redação final do PL 3.562/12, do deputado José Stédile (PSB-RS), que institui o Dia Nacional do Empregado Sindical.

O relator é o deputado Onofre Santo Agostini (PSD-SC). O projeto segue agora para o Senado, caso não haja requerimento para a votação em plenário.

ONGs

Aprovou também o PL 3.877/04 (PLS 7/03), do Senado Federal - Comissão Parlamentar de Inquérito - "ONGs", que dispõe sobre o registro, fiscalização e controle das organizações não-governamentais e dá outras providências.

O deputado Décio Lima (PT-SC), relator da proposta, ofereceu parecer ao projeto pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste, do PL 6.578/13, do PL 2.312/03, do PL 3.841/04, do PL 3.982/04, do PL 4.259/04, do PL 4.574/04, do PL 611/07, do PL 644/07, do PL 1.880/07, do PL 2.118/07, do PL 4.366/08, do PL 4.507/08, do PL 5.070/09, do PL 5.950/09, do PL 2.764/11, do PL 2.864/11, do PL 4.913/12, do PL 7.229/14, do PL 2.730/11, do PL 3.328/12, do PL 3.583/12, do PL 385/11, do PL 5.093/13, do PL 6.881/13, apensados, e do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família; pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL 7.168/14, apensado. Proferido o

parecer, foi concedida vista conjunta aos deputados Paulo Teixeira (PT-SP) e Rosane Ferreira (PV-PR). A matéria será analisada no plenário da Casa.

Entidades sem fins lucrativos

Aprovou ainda o PLP 177/12, do deputado Esperidião Amin (PP-SC), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a transparência, controle e fiscalização da execução de parcerias e convênios entre órgãos públicos e organizações não governamentais.

A matéria altera a Lei Complementar 101, de 2000; a Lei Complementar 64, de 1990; a Lei 8.429, de 1992 e o Decreto-lei 2.848, de 1940.

O relator, deputado Décio Lima (PT-SP), proferiu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação e, no mérito, pela aprovação deste na forma do substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação.

Proposta segue agora para análise do plenário.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Crise no IBGE

A Comissão aprovou o Requerimento 341/14, do deputado Eudes Xavier (PT-CE), para realização de audiência pública para debater a crise institucional em curso no IBGE.

Banco Central e o "Risco de RH"

Aprovou também o Requerimento 344/14, da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), para realização de audiência pública para discutir o esvaziamento do quadro de funcionários do Banco Central e o "Risco de RH".

Readmissão de servidores

Os deputados aprovaram ainda o PL 3.846/08, do deputado Acélio Casagrande (PMDB-SC), que altera a Lei 8.878, de 11 de maio de 1994, para incluir entre os beneficiários da anistia os ex-servidores na situação que menciona.

O deputado Policarpo (PT-DF), relator da proposta, ofereceu parecer pela aprovação deste, das Emendas apresentadas nesta Comissão ao PL 5.182/09 e dos PLs 5.182/09, 5.469/09, 5.602/09, 5.603/09, 2.566/11 e 2.757/11, apensados, com substitutivo; e pela rejeição do PL 7.378/10, apensado.

O deputado Augusto Coutinho (SD-PE) apresentou voto em separado. A proposta aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação e também será analisada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Mediação e arbitragem na resolução de conflitos

O Colegiado aprovou o PL 7.169/14 (PLS 517/11), do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que dispõe sobre a mediação entre particulares como o meio alternativo de solução de controvérsias e sobre a composição de conflitos no âmbito da Administração Pública; altera a Lei 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o parágrafo 2º do artigo 6º da Lei 9.469, de 10 de julho de 1997.

O relator, deputado Alex Canziani (PTB-PR) ofereceu parecer pela aprovação deste e pela rejeição da Emenda apresentada nesta Comissão. Foi aprovado o parecer por unanimidade com complementação de voto, pela aprovação deste e da emenda apresentada nesta comissão, com subemenda. A proposta também será analisada na Comissão de Constituição e Justiça.

Seguro-desemprego ao catador de marisco e à marisqueira

A Comissão aprovou o PL 1.083/11, do deputado Cleber Verde (PRB-MA), que estende ao catador de marisco e à marisqueira o recebimento do seguro-desemprego, concedido ao pescador profissional artesanal, conforme o disposto na Lei 10.779, de 2003.

A relatora, deputada Gorete Pereira (PR-CE) apresentou parecer pela aprovação deste, nos termos do substitutivo da Comissão de Agricultura. A matéria aguarda designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família e também será analisada nas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Impactos sociais sobre a folha da Previdência Social

O Colegiado aprovou o Requerimento 550/14, do deputado Amauri Teixeira (PT-BA), que solicita seja realizada audiência pública para debater os impactos sociais e sobre a folha da Previdência Social e sobre as despesas do SUS dos acidentes de trabalho no Brasil e na Bahia.

Contribuição de inativos

Aprovou também o Requerimento 555/14, do deputado Amauri Teixeira (PT-BA), PEC 555/06, que solicita a realização de audiência pública para debater a proposta que revoga a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados (PEC 555/06 - Contribuição de Inativos).

Os deputados aprovaram o Requerimento 562/14, do deputado João Ananias (PCdoB-CE), para incluir o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) e Sindicato Nacional dos

Audidores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional) no rol dos debatedores do requerimento de audiência pública 555/14 que irá debater a PEC 555/06 que revoga o artigo 4º da Emenda Constitucional 41, de 2003 (contribuição de inativos).

O Requerimento foi aprovado com alteração, incluindo apenas o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), foi subscrito pelo deputado Alexandre Roso (PSB-RS).

Saúde vocal do professor da rede pública de ensino

A Comissão aprovou o PL 1.128/03, do deputado Carlos Abicalil (PT-MT), que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do professor da Rede Pública de Ensino e dá outras providências.

O deputado Saraiva Felipe (PMDB-MG), relator da matéria, ofereceu parecer pela aprovação das emendas do Senado Federal ao PL 1.128/03. A proposta aguarda designação do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Recolhimento retroativo de contribuições para Previdência

Dentre as propostas em pauta, foi aprovado também o PL 2.146/11, do deputado Eudes Xavier (PT-CE) e outros, que acrescenta ao artigo 12 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991 o parágrafo 13, e acrescenta o artigo 125-B à Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, a fim de estabelecer a possibilidade de serem recolhidas retroativamente contribuições interrompidas por lapso temporal.

Apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo, o relator, deputado Dr. Rosinha (PT-PR). A matéria aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação e também será analisada na Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Desindustrialização na indústria química nacional

A Comissão aprovou, na última quarta-feira (14), aprovou o Requerimento 172/14, do deputado Augusto Coutinho (SD-PE), para realização de audiência pública para debater a desindustrialização na indústria química nacional.

O requerimento foi aprovado em forma de seminário, com o objetivo de discutir a situação da indústria nacional, incluindo-se convites ao presidente da ABDI e ao secretário nacional de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcio Holland. O seminário abordará também os temas dos Requerimentos 158/14 - desindustrialização na indústria nacional de máquinas; 163/14 - desindustrialização na indústria nacional sucroenergética; e 175/14 - desindustrialização na indústria nacional eletroeletrônica.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Regime Próprio de Previdência dos servidores de MG

A Comissão aprovou o Requerimento 361/14, do deputado Leonardo Monteiro (PT-MG), para realização de audiência pública com representante do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) para tratar das consequências da Lei 100, de 2007, que institui a Unidade de Gestão Previdenciária Integrada (Ugeprevi) do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do estado de Minas Gerais e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de Minas Gerais e o Conselho Estadual de Previdência (Ceprev), altera a Lei Complementar 64, de 25 de março de 2002, e dá outras providências. O requerimento foi aprovado com alteração, transformado em visita técnica.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Comissão mediadora da greve da PMMA

Colegiado aprovou o Requerimento 318/14, do deputado Weliton Prado (PT-MG) e outros, para criar comissão de representação para ir ao Maranhão com o objetivo de mediar a greve da Polícia Militar, decretada no estado desde a noite do dia 26 de abril. A categoria exige jornada de trabalho, aumento salarial, e condições de trabalho.

Foi incluído ainda visita ao Ministério da Justiça e do Superior Tribunal de Justiça para tratar do tema.

Portal Gestão Sindical

Desigualdade

16/05/2014 por CartaCapital - Escrito por Samantha Maia

O patrimônio das 15 famílias mais ricas do Brasil, segundo lista divulgada pela revista Forbes, é dez vezes maior que a renda de 14 milhões de grupos familiares atendidos pelo programa Bolsa Família. De acordo com a publicação americana, os 15 clãs mais abastados do Brasil concentram uma fortuna de 270 bilhões de reais, cerca de 5% do PIB do País. O Bolsa Família, por sua vez, atendeu 14 milhões de famílias em 2013 com um orçamento de 24 bilhões de reais, equivalentes a 0,5% do PIB.

Lidera a lista da Forbes a família Marinho, dona das Organizações Globo. Os irmãos Roberto Irineu Marinho, João Roberto Marinho, José Roberto Marinho possuem uma fortuna de 64 bilhões de

reais. Outra empresa de mídia que aparece na lista é o Grupo Abril, do clã Civita, com patrimônio de 7,3 bilhões de reais.

O setor bancário se destaca na origem das fortunas das famílias mais ricas do Brasil, representado pelos clãs Safra (Banco Safra), Moreira Salles (Itau/Unibanco), Villela (holding Itaúsa), Aguiar (Bradesco) e Setubal (Itaú).

Eram três os bilionários do Brasil em 1987, quando a Forbes produziu a primeira lista: Sebastião Camargo (Grupo Camargo Correa), Antônio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim) e Roberto Marinho (Organizações Globo). Hoje são 65, 25 deles parentes, o que leva a revista americana a constatar que para se tornar um bilionário no Brasil, o mais importante é ser um herdeiro.

Segue a lista das famílias mais ricas do Brasil:

- 1) Marinho, Organizações Globo, US\$ 28,9 bilhões
- 2) Safra, Banco Safra, US\$ 20,1 bilhões
- 3) Ermírio de Moraes, Grupo Votorantim, US\$ 15,4 bilhões
- 4) Moreira Salles, Itaú/Unibanco, US\$ 12,4 bilhões
- 5) Camargo, Grupo Camargo Corrêa, US\$ 8 bilhões
- 6) Villela, holding Itaúsa, US\$ 5 bilhões
- 7) Maggi, Soja, US\$ 4,9 bilhões
- 8) Aguiar, Bradesco, US\$ 4,5 bilhões
- 9) Batista, JBS, US\$ 4,3 bilhões
- 10) Odebrecht, Organização Odebrecht US\$ 3,9 bilhões
- 11) Civita, Grupo Abril, US\$ 3,3 bilhões
- 12) Setubal, Itaú, US\$ 3,3 bilhões
- 13) Igel, Grupo Ultra, US\$ 3,2 bilhões
- 14) Marcondes Penido, CCR, US\$ 2,8 bilhões
- 15) Feffer, Grupo Suzano, US\$ 2,3 bilhões

Organizado por Ernesto Germano